



## INSTITUTO ITAJAÍ SUSTENTÁVEL

Av. Vereador Abrahão João Francisco, nº 2600 - Edifício Cristine, Centro ITAJAÍ  
CEP: 88307301 - Tel: 4733488031

### Renovação de Licença Ambiental de Operação 8889/2022



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/52878/23790>

INSTITUTO ITAJAÍ SUSTENTÁVEL, com base no processo de licenciamento ambiental RSI/29982 e parecer técnico nº 22921/2022, concede a presente Renovação de Licença Ambiental de Operação à atividade abaixo descrita:

#### Empreendedor

**Nome:** LITORAL USINA DE RECICLAGEM LTDA

**CPF/CNPJ:** 47928568000130

**Endereço:** Rua João Thomaz Pinto, nº 380, Canhanduba

**CEP:** 88313045

**Município:** ITAJAÍ

**Estado:** SC

#### Empreendimento

**LITORAL USINA DE RECICLAGEM LTDA - 47928568000130**

**Atividade Licenciável:** 71.60.05 - DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS E/OU REJEITOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, EM ATERROS

**Endereço:** Rua João Thomaz Pinto, nº 380, Canhanduba

**CEP** 88313045

**Município:** ITAJAÍ

**Estado:** SC

**Coordenadas UTM** X 729319.13, Y 7014516.937

#### Da operação

Analisar a viabilidade ambiental do empreendimento visando a renovação da LAO 016/2016, com troca de titularidade.

##### Descrição do Empreendimento

A atividade em questão é caracterizada pela triagem de resíduos sólidos resultante das atividades da construção civil e posterior disposição final dos resíduos classificados em Classe A, conforme a Resolução CONAMA nº 307/02. Ainda será realizado no empreendimento o beneficiamento/trituração da madeira triada (cavaco) e do concreto (agregado) para posterior comercialização dos subprodutos, sendo:

- Atividade: CONSEMA 99/2017 - 71.60.08 Disposição Final de Rejeitos da Construção Civil, em Aterros;
- Porte do Empreendimento: Porte Pequeno (Recebimento de até 50 toneladas/dia);
- Área Total do Imóvel: 62.233,60 m²;
- Área Total do projeto para a atividade de disposição final: 55.453,40 m²;
- Total APP Rio Canhanduba (30 metros): Área Atual – 12.223,75 m²;
- Cota projetada para o aterro – 8,50 m, em relação à cota original do terreno que varia de 4 a 5 metros;
- Disposição Final de Resíduos da Construção Civil – RCC, exclusivamente para resíduos Classe A;

- Na área licenciada será realizada a triagem e o armazenamento temporário dos resíduos classificados como “Classe B, C e D”;
- Será realizado o beneficiamento dos resíduos Classe A (concreto, tijolos, cerâmicas, etc) e o beneficiamento dos resíduos Classe B (madeira).

### Aspectos Florestais

- **Reserva Legal:** A área do empreendimento está situada em área rural, sendo que no Recibo de Inscrição do Imóvel no CAR apresentado (Registro CAR: SC-4208203-97D0.5512.14CB.4AE0.95F1.0B74.6ACC.C5E8), não consta a destinação de Reserva Legal. Em conversa com o técnico responsável nos informa que a Litoral Usina e o proprietário da área estão verificando uma área para averbar tal Reserva Legal, conforme o Ofício Eco Litoral nº 177/2022 (anexo a este requerimento).
- **Área de Preservação Permanente - APP:** há interferência do lote em APP conforme Art. 4º, inciso I, alínea “a” da Lei Federal 12.651/12, referente ao afastamento marginal de 30m do Rio Canhanduba: 12.223,75 m².
- **Autorização para Corte de Vegetação:** não se aplica.
- **Espécies ameaçadas de extinção:** Não foram identificadas, na área, espécies da fauna tampouco da flora ameaçadas de extinção, pois o terreno encontra-se bastante descaracterizado.
- **Área Verde:** Não se aplica.

### Controles ambientais

#### Da atividade e localização:

1. Esta licença declara a **viabilidade de operação** de uma Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil - RCC, com capacidade de recebimento de 50 toneladas / dias de resíduo.
2. Na área licenciada, além da reciclagem do RCC “Classe A” **será realizada a triagem e o armazenamento temporário** dos demais resíduos classificados como “Classe B, C e D”, conforme Resolução CONAMA 307/02 e subsequentes.
3. **A Área de Preservação Permanente - APP existente no imóvel, referente ao afastamento marginal de 30,00 m em relação a borda da calha do Rio Canhanduba, deverá ser recuperada e mantida devidamente cercada, não podendo a atividade se prolongar a essa área protegida por lei.**

#### Isolamento e sinalização:

1. Deverá ser mantida cercado todo o perímetro da área em operação, de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas e animais.
2. Deverá ser mantido o portão de acesso ao empreendimento como forma de controle de acesso ao local.
3. **Fixar na entrada do empreendimento uma placa contendo as informações do presente licenciamento, conforme modelo disponibilizado no site do INIS.**

#### Acesso:

1. O acesso ao empreendimento se dará pela Estrada Geral da Canhanduba.
2. Tanto o acesso externo quanto o acesso interno deverão estar protegidos e mantidos de maneira a permitir sua utilização sob quaisquer condições climáticas.
3. A via principal que dá acesso à área do aterro deverá ser mantida em bom estado de conservação e, no caso de épocas secas, deverá ser umedecida a fim de evitar a suspensão de partículas que gerem incômodo à vizinhança.

#### Descarga e Triagem dos resíduos:

1. A área de descarga e de triagem deve dispor de equipamentos de proteção individual, de proteção contra descargas atmosféricas e de combate a incêndio e possuir iluminação e energia, de modo a permitir ações de emergência.
2. Deverá ser mantido sistema de controle de poeira, ativo tanto nas descargas como no manejo e nas zonas de acumulação de resíduos e dispositivos de contenção de ruídos em veículos e equipamentos.
3. Os resíduos aceitos devem ser integralmente triados, classificados pela sua natureza e acondicionados em locais diferenciados.

4. As áreas destinadas a descarga e triagem dos resíduos recebidos deverão ser contempladas com revestimento primário do piso.
5. O recebimento de resíduos no empreendimento deverá estar acompanhado de CTR - Controle de Transporte de Resíduos.

#### **Armazenamento dos resíduos triados:**

1. Os resíduos da construção civil e volumosos classificados como Classe B, C e D como plástico, papel / papelão, ferro / metal, madeira, isopor, gesso, móveis, resíduos contaminados, além dos resíduos eletroeletrônicos, após triagem deverão ser armazenados em baias, devidamente cobertas e com piso impermeabilizado.
2. O gesso recebido / triado não poderá em hipótese alguma ser armazenado em local aberto exposto a intempéries, devendo ser armazenado em baia coberta e com piso impermeabilizado.
3. Os Resíduos Classificados como Classe D deverão ser armazenados separadamente dos demais resíduos, a fim de evitar a contaminação dos demais, e somente poderão ser armazenados em local coberto e com piso impermeabilizado.
4. A madeira depois de triada, em razão do grande volume, ficará temporariamente armazenada em local aberto, porém sua destinação deve ocorrer em uma frequência que o acúmulo não ultrapasse a 20 m³/dia. Deverão ser encaminhadas a unidades de cominuição devidamente licenciadas.
5. Os resíduos classificados como Classe B deverão ser destinados a unidades de reciclagem devidamente licenciadas.
6. Os resíduos classificados como Classes C e D deverão ser destinados à aterros industriais devidamente licenciados.
7. Os resíduos de MDT deverão ser destinados a unidades de cominuição de resíduos e rejeitos de madeira ou aterros industriais, devidamente licenciados.
8. Os resíduos triados destinados a outras unidades de reciclagem ou tratamento final deverão estar acompanhados de CTR - Controle de Transporte de Resíduos.

#### **Área de reciclagem:**

1. Somente poderão ser aceitos na área de reciclagem resíduos da construção civil Classe A.
2. Nenhum resíduo poderá ser aceito na área de triagem e reciclagem sem que sejam conhecidas sua procedência e composição.
3. Os equipamentos utilizados deverão ser dotados de sistemas de controle de vibrações, ruídos e poluentes atmosféricos.
4. Caso sejam constatadas emissões acima dos níveis de ruído estabelecidos pela ABNT NBR 10.151, o empreendedor deverá providenciar adequações.

#### **Monitoramento das águas subterrâneas:**

1. **Para o monitoramento ambiental da atividade deverão ser reinstalados e mantidos os poços de monitoramentos**, estes localizados nas coordenadas UTM (Datum Sirgas-2000): PM01 – 729253, 7014598; PM02 - 729428, 7014572; PM03 – 729531, 7014456; e PM04 – 729294, 7014384.
2. As coletas e amostras devem ser realizadas por profissionais habilitados, e as análises devem ser realizadas por laboratórios acreditados pelo INMETRO ou em laboratórios reconhecidos pelo IMA.
3. Os resultados das análises devem ser reportados em laudos analíticos, originais ou cópia autenticada, contendo, no mínimo: (a) Identificação do laboratório, do cliente e da amostra; (b) Identificação do local da amostragem, data e horário de coleta e entrada da amostra no laboratório, anexando a cadeia de custódia; (c) Método de análise utilizado para cada parâmetro analisado; (d) Limite de quantificação para cada parâmetro analisado; (e) Incertezas de medição de cada parâmetro; (f) Resultados dos brancos do método e rastreadores ("surrogates"); (g) Ensaios de adição e recuperação dos analitos na matriz ("spike"); (h) Legislação aplicável e limite permitido; (i) Assinatura e número de registro do CRQ do responsável técnico.
4. Os resultados das análises devem vir acompanhados de parecer conclusivo e dados dos monitoramentos já realizados para fins de comparação, em forma de gráficos ou tabelas, e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) do profissional responsável pela elaboração do parecer conclusivo.
5. A atividade não deve comprometer a qualidade das águas subterrâneas, as quais, na área de influência do aterro, devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos na legislação vigente, devendo o responsável pelo aterro

**apresentar** neste Instituto **anualmente os laudos do monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, coletadas nos 04 poços de monitoramento do empreendimento**, contemplando os seguintes parâmetros:

pH (*)	N-Nitrato	Cádmio	Níquel
Condutividade elétrica (*)	N-Amoniacal	Chumbo	Zinco
Temperatura (*)	Cloreto	Cobre	VOCs
Oxigênio Dissolvido (*)	Sulfato	Cromo	TPH
Eh	Alumínio	Ferro	PAH's
COD – Carbono Orgânico Dissolvido	Arsênio	Manganês	
COT - Carbono Orgânico Total	Bário	Mercúrio	

#### **Gestão de Efluentes e Águas Pluviais:**

1. As valas de drenagem que compõem o sistema de drenagem do empreendimento deverão receber manutenção periódica, principalmente após períodos de alta precipitação.
2. Os banheiros químicos utilizados no empreendimento deverão receber manutenção periódica, a ser realizada por empresa devidamente licenciada.
3. O lodo e a espuma acumulados nos banheiros químicos em nenhuma hipótese podem ser lançados em corpos de água ou galerias de água pluviais.

#### **Dos Controles Ambientais e Operacionais:**

1. O responsável técnico pela operação do empreendimento deverá identificar e corrigir problemas que possam provocar eventos prejudiciais ao meio ambiente ou à saúde humana.
2. Deverá **manter no local os Controles de Transporte de Resíduos – CTR's da destinação dos resíduos "Classe B, C e D"**, para fins de fiscalização.
3. As atividades **deverão respeitar os níveis de ruídos conforme a NBR 10.151** da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – que dispõe sobre os níveis de ruído para o conforto acústico da população.
4. **A responsabilidade pela execução da atividade de aterro e usina de reciclagem de resíduos da construção civil é do requerente e do responsável técnico**, que deverão responder por quaisquer prejuízos causados ao meio ambiente, a terceiros e quaisquer danos a equipamentos públicos ocasionados em decorrência da realização do serviço.

#### **Programas ambientais**

- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Plano de Recuperação de Área Degradada.

#### **Medidas compensatórias**

Não se aplica.

#### **Análise técnica**

Se trata de área e atividade anteriormente licenciada para a atividade 71.60.05 (Res. CONSEMA 14/2012) "Tratamento e Disposição Final de Resíduos da Construção Civil", objeto da LAO n. 016/2016/FAMAI, sob a responsabilidade da empresa Felipe Assi Empreiteira de mão de Obra na Construção Civil Ltda ME (CNPJ n. 02.713.069/0001-98). A empresa chegou a dar entrada na renovação dessa LAO em 2020, mas não chegou a concluir o processo (Requerimento SINFAT 8805/2020).

Este ano a empresa ora requerente, Litoral Usina de Reciclagem Ltda (CNPJ n. 47.928.568/0001-30), assumiu a área e a atividade. Anexo a este requerimento consta o Ofício Eco Litoral n. 047/2022, onde a empresa Felipe Assi informa sobre a troca de titularidade do requerimento de renovação da Licença Ambiental de Operação. Porém, em reunião técnica foi solicitado que a empresa atual responsável pela atividade no local providenciasse abertura de novo requerimento, em seu nome. Desta forma, o presente requerimento é complementar ao Requerimento SINFAT 8805 /2020.

A área destinada à disposição final de resíduos da construção civil, como indicava o projeto aprovado e condicionado na LAO n. 016/2016, conforme o levantamento topográfico atual se encontra em desconformidade. A cota final de aterro projetado, de acordo com a LAO, era de 6,00 metros, entretanto, ao realizar o projeto de terraplanagem da área atual, verificou-se que com o material que está lá atualmente, atingirá a cota 8,50 m quando nivelado sobre o terreno. Desta

forma, A Litoral Usina, não utilizará mais esta área atual para realizar o acondicionamento dos RCC, ficando projetado o nivelamento do terreno que será realizado por etapas.

Desta forma, considerando que a área e volume úteis projetados para o aterro já se encontram esgotados, a empresa pretende ampliar a área da atividade para o imóvel localizado à frente da área atual, cuja ampliação será solicitada em processo à parte, de LAO de ampliação. A área atual, assim que o processo de licenciamento ambiental de ampliação for finalizado, será devidamente regularizada e encerrada.

Portanto, a empresa requer neste momento a renovação da LAO para que consiga se regularizar junto à Prefeitura de Itajaí, assim como, para que consiga atender à demanda do município na destinação adequada de resíduos da construção civil. A atividade continuará a ser desenvolvida no local até que a área de ampliação esteja devidamente instalada, assim como, instalados todos os controles ambientais pertinentes.

Desta forma, considerando que o local vem sendo operado pela empresa requerente.

Considerando que essa operação se fará de forma provisória, até que a nova área seja regularizada.

Considerando que a empresa ora requerente ficará responsável pela regularização, encerramento e monitoramento da área atual.

Sugere-se a renovação da LAO para a atividade ora requerida, **por um período de 08 (oito) meses**, suficiente para que a empresa regularize a área de ampliação, devendo ser mantidos e executados todos os Controles Ambientais e Condicionantes estabelecidas neste documento.

### Condições específicas

1. Esta Licença declara a viabilidade ambiental de operação da atividade ora requerida, descrita no item “Descrição do Empreendimento” deste documento.
2. A atividade deverá ser operada em conformidade com a ABNT NBR 15112, ABNT NBR 15113 e ABNT NBR 15114.
3. **Deverão ser observados, executado e mantidos todos os Controles Ambientais indicados neste documento.**
4. **Em um prazo de 40 (quarenta) dias a empresa responsável deverá apresentar:**
  1. Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, referente ao afastamento marginal de 30,00 metros do Rio Canhanduba, sendo esta Área de Preservação Permanente - APP presente na área atual da atividade, com área total de 12.223,75 m²;
  2. Projeto de Drenagem, referente a área atual em operação, a fim de regularizar o escoamento das águas pluviais;
  3. Proposta de Compensação de Reserva Legal, nos moldes do artigo 66º, parágrafo 5º, da Lei Federal n. 12.651/2012;
  4. Contrato de locação da área atual em operação, devidamente assinado pelas partes e reconhecido em cartório.
5. Deverá ser solicitada a ampliação da presente Licença Ambiental de Operação - LAO, observando-se as disposições estabelecidas na IN 120/INIS.

### Conclusão

Mediante o exposto, **sugere-se a emissão da Licença Ambiental de Operação - LAO, por um período de 08 (oito) meses**, para a operação de área destinada à disposição final de resíduos da construção civil em aterros ora analisada, observando-se as condicionantes e controles ambientais indicados neste documento.

### Documentos que fundamentam o parecer

- Toda a documentação apresentada anexa ao Requerimento SINFAT 8805/2020;
- Toda a documentação apresentada anexa ao Requerimento SINFAT 52878/2022;
- Ofício Eco Litoral nº 177/2022.

### Atendimento das condições de validade da licença anterior

No que tange à execução do PRAD na área do imóvel, o mesmo não foi executado pelo antigo gestor da área, onde o mesmo apontou algumas divergências com o proprietário do imóvel, e com isso não foi executado nenhuma recuperação na APP. A Litoral Usina, por meio do Ofício Eco Litoral n. 138/2022, sendo a nova gestora da área e atividade, assumirá a responsabilidade na recuperação da área, onde já está desenvolvendo o PRAD para a área atual, assim como para a área futura de ampliação, sendo que o mesmo deverá ser apresentado junto ao INIS em prazo de 40 (quarenta) dias após a emissão da LAO.

Já com relação à Reserva Legal, por meio do Ofício Eco Litoral n. 177/2022 a empresa informa e solicita:

*Prezado, com nossos cordiais e sinceros cumprimentos, viemos por meio deste, apresentar algumas informações referentes a Reserva Legal do Cadastro Ambiental Rural do imóvel em que a Litoral Usina se encontra instalada.*

*De acordo com o Art. 12 da Lei Federal 12.651 de 2012 (Código Florestal Brasileiro), “todo o imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre às Áreas de Preservação Permanente (...)”. Sendo que no caso do empreendimento a área de Reserva Legal deverá ser de 20% da área do imóvel rural.*

*Considerando que o imóvel encontra-se em área consolidada, não apresentado cobertura de vegetação nativa desde o ano de 1985, a qual foi retirada para a recreação de bovinos de corte, será realizada a Compensação de Reserva Legal – CRL, nos moldes do Art. 66 §5º, da Lei 12.651.*

*§ 5º A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida pela inscrição da propriedade no CAR e poderá ser feita mediante:*

*I - aquisição de Cota de Reserva Ambiental - CRA;*

*II - arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;*

*III - doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;*

*IV - cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma.*

*Atualmente o empreendedor da Litoral Usina e o proprietário do imóvel estão verificando a melhor forma para a Compensação de Reserva Legal, os quais obedeceram, os critérios estabelecidos em lei.*

*Desta forma solicitamos encarecidamente que seja condicionado a Licença Ambiental de Operação – LAO a apresentação da Compensação de Reserva Legal, uma vez que o processo de CRL não envolve apenas questões ambientais, mas sim, a de viabilidade econômicas, bem como de tramite cartorários.*

Desta forma, deverá ser condicionado prazo para que a empresa responsável, junto ao proprietário do imóvel, providenciem a regularização da Reserva Legal do imóvel rural.

#### Documentos em Anexo

Nada consta.

#### Condições de Validade

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a este órgão licenciador sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

#### Prazo de Validade

A presente licença é **válida por 48 meses** a partir da assinatura e observadas as condições deste documento.

#### Data, local e assinatura

ITAJAÍ, 23 de dezembro de 2022

Mário Cesar Ângelo  
Diretor Presidente - Portaria 0725/2022

